

# Ruy Mauro Marini: ditadura, política e debates intelectuais

Marini: dictatorship, policy and intellectual debates

Marcus Vinicius Martins Vianna<sup>1</sup>

## Resumo

---

Neste artigo, abordamos a trajetória de Ruy Mauro Marini, importante intelectual brasileiro que, em virtude da perseguição de que foi alvo durante a ditadura, acabou mais reconhecido no exterior, especialmente na América Latina, que no Brasil. A trajetória intelectual de Marini, um dos principais elaboradores da teoria marxista da dependência e autor do clássico ensaio *Dialética da dependência*, é comparada à do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Analisamos a relação entre o desenvolvimento da ditadura civil-militar no Brasil e sua dialética entre o Estado e a oposição, como fundamenta Alves (2005), e o debate intelectual em busca da interpretação da realidade econômica e social brasileira e latino-americana, que pode ser sintetizada na formulação das teorias sobre a dependência. Com base nessa contextualização, abordamos o papel dos intelectuais nas disputas políticas, o exílio e a volta ao país depois do auge da ditadura.

**Palavras chave:** ditadura; debates intelectuais; exílio; Ruy Mauro Marini; Fernando Henrique Cardoso

## Abstract

---

This paper addresses the trajectory of Ruy Mauro Marini, a leading Brazilian intellectual who was more recognized abroad, especially in Latin America, than in our country, because of Brazilian dictatorship's persecution. The intellectual history of Marini, who was one of the main authors of Marxist Theory of Dependency, author of the classic essay *Dialectics of Dependence*, is compared with the trajectory of the sociologist Fernando Henrique Cardoso. We analyze the relationship between the development of Civil Military Dictatorship in Brazil and its dialectic between state and opposition, according to Alves' proposition (2005). We also analyze the intellectual debate in order to search for an

---

<sup>1</sup> Licenciado em História na UFRGS, Especialista em História do Brasil Contemporâneo pela FAPA, mestrando em História na UFRGS e pesquisador do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-Americana (Hedla-UFRGS)

interpretation of economic and social reality in Brazil and Latin America that can be synthesized in the formulation theories about dependency. From this context, we address the role of intellectuals on political battles, exile, and the returning to the country after the height of the Dictatorship.

**Keywords:** dictatorship; intellectual debates; exile; Ruy Mauro Marini; Fernando Henrique Cardoso

No presente artigo, buscamos analisar a relação entre o desenvolvimento da ditadura civil-militar no Brasil e sua dialética entre o Estado e a oposição,<sup>2</sup> conforme fundamenta Alves (2005), e o debate intelectual em busca da interpretação da realidade econômica e social brasileira e latino-americana, que pode ser sintetizada na formulação das teorias sobre a dependência. Para isso, exploramos a trajetória de Ruy Mauro Marini, importante intelectual

brasileiro que, em virtude da perseguição de que foi alvo ao longo da ditadura brasileira, acabou mais reconhecido no exterior, especialmente na América Latina, que em nosso país. Diante desse esforço, analisamos os debates teóricos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso com Marini durante os anos 1970: o primeiro com uma vida relativamente conhecida, até por ter se tornado uma das grandes personalidades da política brasileira, sendo ministro de Estado e presidente da República por dois mandatos nos anos 1990; e o segundo com uma trajetória intelectual e acadêmica abortada no Brasil pela ditadura.

Comparamos a trajetória e os debates intelectuais entre ambos para

---

2 “[...] a natureza do Estado de Segurança Nacional só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil. Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição se transformaram permanentemente à mercê das tentativas de cada parte para controlar, conter ou modificar a outra. O relacionamento mútuo é, portanto, essencialmente dialético” (ALVES, 2005: 33).

assim evidenciarmos o papel da ditadura no sentido dos debates intelectuais e a forma como a transição para a democracia dos anos 1980 teve, em Fernando Henrique, um intelectual estabelecido como símbolo da intelectualidade que fez oposição ao regime e Marini como um exemplo dos “esquecidos” e daqueles que tiveram muitas dificuldades de reinserção no campo universitário.

### **Ditadura civil-militar: os intelectuais, a política e a universidade no Brasil**

A ditadura civil-militar no Brasil (1964-1984) foi marcada pela hegemonia política dos militares e de setores civis autoritários que correspondiam a um projeto econômico e social que colocava os interesses da burguesia industrial e dos latifundiários como aliados do capitalismo internacional no processo de desenvolvimento econômico concentrador de renda comandado pelo

Estado. Diante desse cenário, é essencial pensarmos a importância da repressão da oposição e da busca do esvaziamento do debate político na sociedade. Sendo assim, O’Donnell estabelece como uma das características dos estados burocrático-autoritários (BA) uma preocupação de buscar despolitizar as atividades mais amplas da sociedade. Ou melhor, “são sistemas despolitizantes, ou seja, pretendem reduzir as questões sociais e políticas públicas a questões ‘técnicas’, a resolver mediante interações entre as cúpulas das grandes organizações acima mencionadas [Forças Armadas, o próprio Estado, grandes empresas privadas]” (O’DONNELL, 1987: 21).

Essa estratégia de esvaziamento do debate político foi resultado da formulação e da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), em que a repressão a setores políticos de esquerda e a intelectuais foi um dos contornos:

[...] a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado. (ALVES, 2005: 31).

Outro aspecto essencial na DSN é a noção de inimigo interno, em que todos que questionassem o projeto implementado pelo Estado necessariamente eram adeptos, considerando a lógica binária da Guerra Fria, do "comunismo internacional". Esse pensamento se ligava à noção de fronteiras ideológicas e de internalização do combate entre socialismo e capitalismo, os críticos da ditadura poderiam ser encarados como inimigos internos. De acordo com Borges,

principal razão da figura do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade da existência de uma guerra permanente servem, também, para manter um

estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia é muito efetivo do ponto de vista policial e jurídico. O estado de crise permite impor restrições do ponto de vista das liberdades e dos direitos individuais e criar procedimentos arbitrários. Isso facilita o controle policial da população, autoriza o uso discricionário das forças repressivas e permite, ainda, isolar o inimigo. (2003: 30).

Sobre o tema das relações entre os intelectuais e a política no Brasil temos como obra de referência o estudo de Daniel Pécaut, que realizou amplo esforço de pesquisa ao investigar o papel que a intelectualidade teria nas disputas e na formação dos regimes políticos existentes durante o século XX, o processo de formação da República e de uma política que deveria paulatinamente pôr em foco as questões sociais e políticas em um marco de restrição à participação popular; assim, os intelectuais cumpriram um papel relevante como críticos ou participantes da política no país. Sobre a definição de intelectual

que será pesquisada Pécaut estabelece:

Consideramos desnecessário atender a regra que consiste, nos estudos desse gênero, em propor uma "definição" de intelectual. Parece-nos que esse exercício é inócuo, salvo se a definição já comportar uma referência à natureza do campo intelectual e às formas de constituição do político, isto é, se já incluir a problemática do reconhecimento social do estatuto dos intelectuais e de sua produção em uma sociedade e num momento dados. (1990: 11).

Acreditamos que essa definição de intelectual mais ampla é fundamental para a análise de um país como o Brasil, de tardia formação e consolidação de um sistema universitário com suas áreas e métodos definidos pelo rigor da ciência. Nesse cenário, Ruy Mauro Marini passou pelos bancos universitários e atuou como professor no início da constituição de uma universidade renovadora para os critérios acadêmicos, a Universidade de Brasília (UnB), fundada durante o governo João Goulart sob a direção do cientista social Darcy Ribeiro.

Outra reflexão importante quando tratamos de intelectuais e de suas relações com a política e o Estado é o que Maria Rita Loureiro escreveu sobre os economistas e suas participações na gestão do Estado no Brasil:

Para se conhecer esse ator específico, é preciso compreender as características do sistema político mais amplo, as formas de organização do aparato burocrático governamental e suas relações com as instituições acadêmicas; e, ainda, a lógica interna de funcionamento do meio acadêmico no qual são formadas as elites dirigentes. Em outras palavras, é importante conhecer as regras que presidem o funcionamento do campo científico e as hierarquias de autoridade e prestígio aí existentes, bem como as relações de competição e poder que estruturam seus diversos grupos e instituições. (LOUREIRO, 1997: 18).

Maria Rita Loureiro (1997) defende que, para analisarmos os intelectuais, devemos realizar um esforço de compreensão tanto do meio intelectual e acadêmico em questão quanto de sua relação com o aparato governamental. Esse critério de análise é fundamental para entendermos o processo brasileiro em

que a ditadura civil-militar teve como grande preocupação moldar um sistema universitário que primordialmente formava técnicos nos critérios científicos para atuarem em áreas de peso como a tecnocracia, no caso das ciências aplicadas como a economia, assim definindo que os intelectuais engajados teórica e politicamente nas lutas contrárias à ditadura e que tivessem relação com o marxismo deveriam ser excluídos do sistema universitário. Isso ocorreu mediante uma série de intervenções governamentais nas universidades públicas e com o incentivo, durante os anos 1970, da ampliação da rede privada de ensino superior que atende à maioria dos estudantes universitários do Brasil. Desse modo, devemos fazer uma mediação entre as análises do campo universitário ou científico e a política de determinado país. Nas palavras de Pierre Bourdieu, que analisou amplamente o funcionamento dos diversos campos sociais,

o universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas. O campo científico [...] é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgado a um agente determinado. (1983: 122-123, grifos do original).

Para o entendimento da trajetória intelectual de Marini, afastado do posto de professor da Universidade de Brasília (UnB) e exilado pela ditadura, temos que agregar ao pensamento de Bourdieu que, além das disputas próprias do meio científico, durante a ditadura os intelectuais e os professores universitários tinham como fatores de disputa suas relações com o poder político em pleno regime de cerceamento do pensamento crítico, situação agravada depois do Ato

Institucional n. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968. O Brasil ficaria marcado pela censura e pelo fim das liberdades individuais e do direito de expressão.

### **Ruy Mauro Marini: o exílio e a construção de um intelectual latino-americano**

Utilizamos como principal referência para a construção deste breve esboço da biografia intelectual de Marini um texto do próprio intitulado "Memória" e publicado em *Ruy Mauro Marini: vida e obra* (MARINI, 2005).

Marini certamente foi um grande intelectual, um marxista latino-americano do século XX que deixou contribuições teóricas importantes sobre as mudanças econômicas e políticas ocorridas a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Nascido no interior de Minas Gerais, na cidade de Barbacena, em 1932, mudou-se para o Rio de Janeiro no início dos anos 1950 e graduou-se na Escola Brasileira

de Administração Pública em 1957. Logo depois, obteve uma bolsa de estudos do governo francês para a Fundação Nacional de Ciências Políticas. Durante os anos de 1958 e 1960, viveu na França e realizou estudos sistemáticos da obra de Karl Marx. Em seu retorno ao Brasil, em 1961, participou da fundação da Política Operária (Polop). Essa organização de esquerda era crítica às formulações stalinistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e propunha a formulação de um programa socialista para as lutas populares.

Outro aspecto importante da vida de Marini foi a atuação como jornalista. Participou da elaboração do periódico *O Metropolitano*, vinculado à União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro durante os primeiros anos da década de 1960. Participou também da fundação da Universidade de Brasília (UnB), sendo professor auxiliar em 1962-1963 e professor-assistente em 1964. Na universidade, foi companheiro dos

seguintes professores: André Gunder Frank, Victor Nunes Leal, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Vejamos as palavras de Theotonio dos Santos sobre Marini:

Dentro da tradição analítica da Polop, da qual foi um dos principais fundadores, já colocava também a inevitável capitulação da classe dominante brasileira, diante das tarefas democráticas e nacionalistas que poderiam viabilizar um desenvolvimento autônomo no país. Sua contribuição se tornou mais original quando, após o golpe de Estado de 1964, definiu a importância deste para a formação do capital financeiro e sua eminente hegemonia sobre a economia brasileira. Nessa época forjou o conceito de subimperialismo. Através dele, mostrava que o nascente capital financeiro brasileiro, surgido no bojo de uma forte dependência do capital internacional, teria de enfrentar a contradição entre sua tendência expansionista – na busca de novos mercados para seus investimentos e seus produtos – e sua condição subordinada e dependente do capital internacional. (SANTOS, 2009: 22).

Com o golpe militar de 1964, foi exonerado da UnB e preso em julho de 1964 pela Marinha. Exilou-se no México e trabalhou no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México. Durante esse período, publicou textos importantes:

“Contradicciones y conflictos en el Brasil” (1965), “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration” (1966) e “Dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil” (1966), reunidos no livro *Subdesarrollo y revolución* (1969). Claudia Wasserman aborda a importância do exílio na análise da vida e da produção de Marini:

O exílio forçado no final de 1964 resultou na constituição de inúmeras redes de intelectuais em toda a América Latina. Depois de ter sido preso, sequestrado e preso novamente pela ditadura brasileira ao longo do ano de 1964, Ruy Mauro Marini foi libertado mediante *habeas corpus* e rumou para o México. Posteriormente, esteve no Chile e novamente no México. Em ambos os países, Ruy Mauro Marini exerceu atividades profissionais acadêmicas e manteve ativa militância, o que lhe rendeu incontáveis contatos políticos e intelectuais. Escreveu para revistas estrangeiras como *Cuadernos Americanos*, *Monthly Review*, *Tricontinental*, *Foro Internacional*, *Sociedad y Desarrollo*, publicou livros e artigos e proferiu palestra, deu cursos na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Colégio do México, Universidad de Concepción e Universidad de Chile, no Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso). (WASSERMAN, 2010: 33-34).

Apesar de todas as dificuldades dos exilados em manterem suas atividades, não podemos perder de vista a produtividade de Marini em sua vida no exterior. Podemos encontrar uma ótima síntese sobre o exílio na história na obra *Exílio: entre raízes e radares*:

O exílio tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade. Neste ambiente são forjados seus “projetos” e “ilusões”, como observou o psicanalista Marcelo Viñar. O exílio é o afastamento deste universo e recai sobre o “homem revoltado”, na expressão de Albert Camus, como um castigo. Ao mesmo tempo, o exílio aparece como possibilidade, quando a resistência interna é impossível. (CRUZ, 1999: 25).

Ainda sobre a questão do exílio e a relação com a atuação de Marini na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) e de seus colegas da chamada teoria marxista da dependência – Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, que, juntamente com uma série de intelectuais e estu-

dantes, encontraram acolhimento no México –, Costilla nos mostra a importância de relativizarmos o sucesso deles em solo mexicano:

O tema da presença e das contribuições da intelectualidade crítica permite uma construção muito positiva do exílio brasileiro no México. Mas, antes de entrar no assunto, quero insistir no fato de que todos esses homens e mulheres, sobre os quais vamos falar, estiveram aqui sob uma condição de perda e, portanto, de busca de compensações. A “condição de exílio” é normalmente de perda: perdem-se uma atividade, uma integração política e social, um território, uma sociabilidade cheia de interesses, afetos, cultura, família. (COSTILLA, 2009: 297).

Em 1969, Marini teve problemas com o governo mexicano por causa da publicação de um artigo sobre o movimento estudantil brasileiro e, por isso, rumou para o Chile. Lá, aproximou-se do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), do qual se tornou dirigente. Em Santiago, assumiu o curso de teoria da mudança e os seminários de teoria marxista e realidade latino-americana do Centro de Estudos

Socioeconômicos (Ceso). Durante esse período, escreveu sua principal obra, *Dialética da dependência* (1973). Depois do golpe militar chileno, em 1973, fixou-se novamente no México, tornando-se professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Unam.

Em 1979, envolveu-se em severa polêmica com Fernando Henrique Cardoso e José Serra com o artigo "Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital", polêmica que abordaremos no próximo tópico.

Com o advento da anistia política brasileira em 1979, Marini dividiu seu tempo entre o México e o Brasil, voltando para nosso país definitivamente apenas em 1984. Seu regresso foi difícil, muito em virtude do perfil conservador da intelectualidade brasileira remanescente do período da ditadura militar nas universidades. Em 1987, volta a dar aulas na UnB, no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. Em 1992, publica *América*

*Latina*: dependência e integração. No fim de 1993, volta para o México para dirigir o Centro de Estudos Latino-Americanos (Cela) da Unam. Morreu em 1997 no Rio de Janeiro.

### **O debate sobre a dependência e as trajetórias de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso**

Depois do golpe de estado de 1964, em um primeiro momento, houve uma repressão contra todos os setores nacionalistas que estavam apoiando o projeto das "reformas de base", incluindo militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e também do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e isso ficou explícito com as demissões e prisões de pessoas vinculadas ao governo João Goulart, aos militares que estavam do lado do governo deposto.<sup>3</sup> No caso que

---

3 "A 'Operação Limpeza', autorizada pelo Ato Institucional nº 1, promoveu expurgos nas burocracias civil e militar e valeu-se dos IPMs para neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente a políticas em aplicação. Ela tinha alvos gerais e específicos, de acordo com as estratégias da Doutrina de Segurança Nacional, a qual dividia a sociedade

estamos avaliando, houve dura repressão na Universidade de Brasília (UnB) por esta simbolizar, no campo educacional e científico, o modelo político deposto pelos militares. Em 1964, Ruy Mauro Marini, entre outros, é preso e destituído do cargo de professor-assistente da UnB. Contudo, como essa repressão foi localizada, nem todos os setores sofreram com ela. Com base nessa constatação, começamos a debater as relações entre a ditadura e as trajetórias intelectuais e políticas de Fernando Henrique Cardoso e Marini. Para entendermos melhor como se dava o debate entre os pensadores sociais no Brasil do início dos anos 1960, vejamos o que escreveu Pécaut:

O debate intelectual no Brasil estava composto basicamente de dois polos: os nacionalistas terceiro-mundistas da *Revista Civilização Brasileira* e os nacionalistas críticos de São Paulo. Esses polos não eram homogêneos nem se ignoravam mutuamente. Embora seja verdade que o estilo universitário de reflexão foi mais presente em São Paulo do que no Rio.

---

em diferentes compartimentos a serem individualmente controlados" (ALVES, 2005: 95).

Com o passar do tempo, os professores universitários paulistas entram nos debates nacionais da esquerda. O golpe de Estado precipita essa mudança. Por força natural das coisas, abre-se uma era em que os intelectuais participam da política pretendendo menos atuar no imediato sobre a sociedade do que influenciar seu próprio meio. O espaço intelectual torna-se, por si só, um espaço político. De forma correspondente, o intelectual demiurgo e encarregado da representação popular apaga-se em proveito do intelectual crítico, que se dirige, antes de tudo, a seus pares e a seu público. (1990: 222).

É importante lembrar que Fernando Henrique Cardoso faz parte do que chamaremos de sociologia universitária de São Paulo, vinculada à Universidade de São Paulo (USP). Segundo Pécaut (1990), durante os anos 1960, a sociologia universitária começa a redirecionar suas preocupações de pesquisa para temas que também são pontos centrais de reflexão de esquerda naquele momento. Florestan Fernandes, titular da "cátedra I" de sociologia e depois criador do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), propõe um vasto programa de pesquisas sobre as transformações

sociais do Brasil. É nesse momento que Fernando Henrique Cardoso desenvolve suas análises sobre a burguesia brasileira. Como parte dessas mudanças de orientação das ciências sociais, Pécaut (1990) lembra a existência do “Seminário sobre Marx”, organizado por universitários da USP:

Vale a pena deter-se um instante nessa última mudança que será determinante para a orientação das ciências sociais durante a década seguinte. Ela se efetua no quadro do chamado “Seminário sobre Marx”, organizado em 1958 e que se reunirá durante vários anos. Formado por jovens universitários da USP, prepara uma ruptura com a hierarquia da instituição e com as disciplinas que até então abriam caminho à consagração. Florestan Fernandes, o “patrono incontestado” da sociologia, é mantido a distância: mais tarde, ele irá lembrar o sentimento de exclusão que experimentou. O marxismo ainda não tem seu direito de cidadania no ensino. Além de seus dois principais organizadores, José Arthur Giannotti e Fernando Henrique Cardoso, o seminário reúne o historiador Fernando Novais, o economista Paul Singer, os sociólogos Octavio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Michael Lowy, Ruth Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, o sociólogo da literatura Roberto Schwarz, o filósofo Bento Prado Júnior e outros. (PÉCAUT, 1990: 218).

Depois do golpe de 1964, o arsenal teórico marxista passa a ser o alicerce das avaliações sobre a realidade econômica e política do Brasil de então. Segundo Pécaut (1990: 220), “o que, no Seminário, remetia à marxologia distanciada do engajamento político, adquire outra dimensão. No mínimo o paradigma marxista torna-se também significativo da oposição ao regime militar”. Com isso, o grupo vai se dividir entre aqueles que desejam apenas teoria acadêmica e outros que vão buscar o entrelaçamento entre a teoria de Marx e as questões políticas do momento. Dentre esses últimos vai se destacar Fernando Henrique, que, nas páginas da *Revista Civilização Brasileira*, cruza em seus artigos sociologia e política. Assim, existe uma tendência para a influência do marxismo nas universidades dos anos 1960:

A difusão do marxismo acentua-a mais ainda: já não há análise do social que possa dispensar as premissas econômicas. Eles mesmos se encarregam de

enunciar certas correlações entre economia e política. Os sociólogos enveredam por esse caminho e, atrás deles, todos os intelectuais de oposição. O que os economistas propõem é retomado, muitas vezes de forma mais abrupta, pelos vulgarizadores, tentados pelos modelos explicativos gerais. Para o grande público, é a hora do entusiasmo pelo “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e pelas deduções políticas daí decorrentes. (PÉCAUT, 1990: 224).

Diante das dificuldades da ditadura brasileira, os cientistas sociais vão buscar, por meio das análises da realidade do país, um cruzamento entre a economia e a política. O marxismo torna-se um referencial teórico fundamental para as análises do período. É nessa perspectiva de análise da realidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e latino-americano que entram em voga as chamadas teorias da dependência. Nas palavras de Pécaut,

mais um passo é dado com a difusão do tema do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Sabe-se que André Gunder Frank será o inventor dessa fórmula, baseado na interpretação das relações entre as economias periféricas e o “capitalismo mundial”. A fórmula se expandirá – e

não só no Brasil – como um rastilho de pólvora a partir de 65-67. Diversos autores lhe acrescentaram comentários e refinamentos, por exemplo, Ruy Mauro Marini, ao sustentar que a integração do Brasil na órbita do imperialismo conduz ao “agravamento da lei geral da acumulação capitalista, isto é, à absolutização da tendência de pauperismo, levando ao estrangulamento da própria capacidade de produção do sistema” (Marini, 1969, p. 114). Em seguida, em 67-68, chega a vez das variações em torno da “dependência”. É claro que, para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, entre os primeiros a sistematizá-la, essa noção estava no polo oposto das formulações de Gunder Frank. (PÉCAUT, 1990: 228).

Sobre a formulação da teoria da dependência podemos perceber que esta se dividiu em diferentes matizes teóricos e que, no caso analisado entre Marini e Fernando Henrique, existiram relações com o pensamento político dos autores. Fernando Henrique, apesar de seu contato com a obra de Marx, utiliza em seu livro um método que dá mais peso para as classes sociais que para as realidades econômicas presentes na América Latina. Assim podemos perceber que Marini, André Gunder Frank, Vânia Bambirra e Theotonio

dos Santos são os autores da chamada teoria marxista da dependência. Sobre a obra de Fernando Henrique e Enzo Faletto vejamos esta passagem:

Talvez a proposta mais destacada que as teorias desenvolvimentistas fizeram se referia à suposta viabilidade de um desenvolvimento capitalista sem transformações radicais ou levantes violentos. A proposta, ancorada nas críticas à economia política de Marx e Keynes, assegurava que os países da periferia podiam alcançar o centro do sistema capitalista mediante negociações políticas e político-econômicas. Cardoso e Faletto, no seu texto clássico publicado em 1969, afirmariam que “a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e à dependência, mais do que as condições econômicas tomadas isoladamente, dependem do jogo de poder que permitiria a utilização em vários sentidos dessas condições econômicas” (Cardoso; Faletto, 1969: 165).

Enquanto os desenvolvimentistas propunham um desenvolvimento capitalista com “dependência associada”, os marxistas rejeitavam essa proposta em diferentes graus. (GANDÁSEGUI FILHO, 2009: 271).

A diferença primordial entre as duas visões sobre a dependência é que os marxistas defendiam que o desenvolvimento mundial do capitalismo originou, em sua antiga

periferia, um capitalismo *sui generis*, o capitalismo dependente deve ser analisado a partir de uma visão mais complexa das relações dentro da perspectiva do sistema capitalista mundial e de seu funcionamento específico nos países dependentes. Os pressupostos de Fernando Henrique e Enzo Faletto partiam mais de comparações entre a América Latina e o centro capitalista, enfatizando as “barreiras estruturais” de ordem social e política ao desenvolvimento. Uma crítica importante que demonstra as diferenças metodológicas entre os pressupostos teóricos de Fernando Henrique e os autores marxistas da dependência fica evidenciada por Vânia Bambilra em *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1971):

Sin embargo, lo económico está presente en este estudio solo como “marco” muy general, a partir del cual se desarrolla un análisis esencialmente sociológico. O sea, lo económico importa sólo en cuanto define los parámetros estructurales, mientras el estudio se centra en “la acción de los distintos grupos”, tomada desde el punto de vista sociológico. (BAMBIRRA, 2011: 17).

As diferenças metodológicas, nesse caso, são importantes porque as duas vertentes da teoria da dependência estão analisando as condições de existência e reprodução do capitalismo na América Latina, ou seja, necessitam realizar o esforço de pensar, com base na dimensão econômica, como a dependência vai constituir condições sociais e políticas de reprodução. Sobre esse debate o próprio Marini defende:

Para un marxista, la tarea reside siempre en el plano del análisis abstracto como en el del concreto, en conocer qué es lo que explica la lucha de clases y esto remite, necesariamente, al examen de las condiciones materiales en que ella se da. Esas condiciones – que se captan mediante conceptos y se rigen por leyes y tendencias objetivas – generan contradicciones, que no son ni mucho menos “parámetros económicos” que “el juego político hace moverse en una u otra dirección”. La lucha de clases es la síntesis de las condiciones en que los hombres hacen su existencia y se encuentra, por esto mismo, regida por leyes que determinan su desarrollo. (2007: 162).

Especificamente sobre o campo intelectual brasileiro, o ano de 1968 foi de mudanças significantes porque, depois da radicalização do movimento estudantil e da contestação de setores de classe média, a ditadura, com a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5), desenvolveria mais uma onda de repressão nas universidades e que atingiria também os professores da USP:

O ato institucional nº 5 abre um período de repressão sem precedentes. Como demonstra o processo de nomeação do general Médici, a partir do AI-5 as Forças Armadas se abstêm completamente de prestar contas da opinião pública.

A repressão atinge diretamente o meio intelectual. A partir do último trimestre de 1968, a censura torna-se implacável e as sanções terríveis. A imprensa, as editoras e a criação artística são submetidas a um rolo compressor. Muitas revistas desaparecem. É o caso da *Revista Civilização Brasileira*, cujo diretor, Ênio Silveira, volta a ser perseguido. As universidades ficam sob estreita vigilância e sob a tutela de reitores de confiança e com plenos poderes. Muitos professores são aposentados por decreto, em vários casos os de maior prestígio. A título de exemplo: entre os vinte e sete professores da USP atingidos por essa medida, em abril de 1969, encontram-se Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paulo

Duarte, José Arthur Giannotti, Paul Singer e outros nas ciências sociais. (PÉCAUT, 1990: 258).

Com a repressão executada depois do AI-5 nas universidades, estas passam por um período de redefinição das formas de atuação de seus professores. O marxismo presente na academia, mas apresentava diferentes nuances na maior parte dos casos sem implementar a fusão dos debates econômicos com o universo do político. Com a aposentadoria forçada da USP, Fernando Henrique ajudou a fundar um centro de pesquisa privado, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap):

É verdade que, no terreno sociológico, a produção de maior prestígio irá se realizar em grande parte fora das universidades, nos quadros de institutos particulares de pesquisa. Sucessivamente, criam-se o IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), o CEBRAP em 1969, o CEDEC em 1977 e o IDESP em 1979 – esses três últimos em São Paulo. Todos eles devem apelar para diversas fontes de financiamento: verbas da Fundação Ford para o IUPERJ e o CEBRAP. (PÉCAUT, 1990: 266).

Assim, durante a ditadura civil-militar, existe uma redefinição do campo intelectual e universitário em que o engajamento político marxista é praticamente extinto e precisamos somar a isso o crescimento e o fortalecimento do ensino superior dentro dessa perspectiva política autoritária. Como nos relata Pécaut (1990: 264), “as universidades tiveram um crescimento surpreendente de seus efetivos. Entre 1964 e 1984, o número de estudantes no conjunto das instituições de ensino superior decuplicou aproximadamente”. Com isso, cresce também de forma considerável o número de professores universitários. Com a reforma do ensino de 1968, as universidades se modernizam ao implementar o sistema de departamentos, multiplicar os cargos de tempo integral e, sobretudo, encorajar a pesquisa:

As ciências sociais beneficiam-se dessas medidas. Sua parte no orçamento geral de pesquisas aumenta a partir de 1972. Os programas de mestrado e doutorado desenvolvem-se

rapidamente. Antes de 1968, existiam apenas quatro de sociologia; 1980-81, há vinte e quatro. Em economia, eram três antes de 1968, e passam para catorze em 1980-81. O CNPQ [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] desempenha um papel importante nessa evolução, liberando grandes verbas para bolsas de estudos no Brasil e no exterior. (PÉCAUT, 1990: 265).

Durante a ditadura, o espaço acadêmico se fortalece e também as ciências sociais sofrem um processo de institucionalização e crescimento das estruturas de pesquisas com a ampliação das verbas e dos programas de mestrado e doutorado. Nesse momento importante para os cientistas sociais, Ruy Mauro Marini está exilado e Fernando Henrique disputa politicamente a liderança desse campo intelectual com sua participação no Cebrap:

O antigo assistente de Florestan Fernandes não esperou a criação do Cebrap para se tornar um dos líderes da política intelectual. Descendente de uma ilustre família que deu ao Império vários dignitários e ao Exército vários generais, filho de um general que teve destaque nas campanhas nacionalistas realizadas em São Paulo na década de 1950, Cardoso simpatizou por certo tempo com o Partido Comunista e,

logo que se tornou professor-assistente na USP, chegou, como representante dos antigos alunos, ao Conselho Universitário. [...] Mas é a partir de 1969 que Cardoso e o Cebrap têm uma função maior nas estratégias intelectuais, que se revestem de três aspectos centrais: mediação entre as diversas correntes marxistas e entre as correntes marxistas e não marxistas; teorização em relação direta com a conjuntura; abertura para as organizações políticas. (PÉCAUT, 1990: 295-296).

Para entendermos melhor esse processo, temos que lembrar que, em 1974, ocorre uma virada política com as eleições. Pela primeira vez depois de 1964, há espaço para a oposição consentida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e para a participação de setores intelectuais dentro desse movimento:

Mas é verdade que, após 1974, os intelectuais assumem o aspecto de um ator político, participando integralmente das interações com outros atores políticos, sem ignorar as reivindicações corporativistas, mas inserindo-as no conjunto das manifestações da sociedade civil. (PÉCAUT, 1990: 300).

Fernando Henrique Cardoso participou com sua legitimidade inte-

lectual do MDB, o partido da oposição oficial no regime político da ditadura. Assim, nas eleições para o Senado em 1978, elegeu-se suplente de senador na chapa do paulista André Franco Montoro. Em 1983, assumiu o Senado, quando Franco Montoro foi eleito governador do Estado de São Paulo. Perdeu as eleições para a Prefeitura de São Paulo para Jânio Quadros no ano de 1985, mas em 1986 foi eleito senador por São Paulo. Vimos, desse modo, que Fernando Henrique, apesar de sua trajetória de esquerda e de debates com os marxistas, no momento decisivo da transição da ditadura para a democracia, permaneceu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), já no período da volta do pluripartidarismo, em que havia outras opções partidárias de referencial nitidamente mais à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado pelas mobilizações dos trabalhadores do ABC Paulista e por uma junção de

grupos de esquerda e também com a participação de setores de base da Igreja católica, ou mesmo o Partido Democrático Trabalhista (PDT), comandado por Leonel Brizola.

### **A volta do exílio de Marini e as críticas de Fernando Henrique e Serra**

Em 1978, em uma conjuntura política em que se aproxima o fim da ditadura, Ruy Mauro Marini segue exilado no México e Fernando Henrique está disputando eleições no Brasil. Nesse ano, ocorreu um sério debate entre Marini, Fernando Henrique e José Serra. Com a publicação do artigo de Marini "Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital", logo a dupla Fernando Henrique e Serra escreve críticas a Marini que serão publicadas na *Revista Mexicana de Sociología* e na *Revista do Cebrap*. O texto começa assim:

Neste artigo nos preocuparemos com a análise de um autor, Ruy Mauro Marini.

Embora não seja ele o único que se aventurou pela dialética da dependência, foi sem dúvida quem apresentou o quadro explicativo mais geral para dar coerência às análises e para prescrever a partir delas a ação política. De fato, Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária superexploração do trabalho na periferia – fonte, para ele, do intercâmbio desigual –, ligou tal teoria às ideias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse – o subimperialismo – e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Theotonio dos Santos, entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a superexploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da Revolução socialista. Assim a aurora revolucionária teria como incubadeira o acicate da estagnação e da crise. (CARDOSO; SERRA, 1978: 36-37).

Marini escreve uma resposta que também é publicada pela *Revista Mexicana de Sociologia* no mesmo ano e só seria publicada em português depois de sua morte, em uma antologia de textos editada por Emir Sader e publicada pela editora Vozes: *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini

(2000). O título do texto em resposta à dupla Fernando Henrique e Serra foi “Las razones del neodesarrollismo” (2007). Segundo Carlos Eduardo Martins (2007), Marini criticou a dupla pela falta de entendimento da relação dialética entre preços e valor, e que por isso eles não compreenderam os mecanismos sistêmicos que impõem a superexploração do trabalho<sup>4</sup> nos países dependentes. Marini vai ressaltar a importância da concorrência capitalista internacional em sua etapa de monopólios que implicam transferência de valor por parte das economias dependentes e acarretam a redução das taxas de mais-valia e de lucro. Vejamos o que Marini escreveu

---

4 “A categoria da superexploração da força de trabalho foi elaborada por Ruy Mauro Marini para dar conta de explicar o fundamento da dependência como modalidade *sui generis* do capitalismo. Ela pode ser entendida como uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador. Na condição de superexploração, o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador” (LUCÉ, 2013: 172).

sobre essa polêmica em suas memórias:

O artigo tinha duas motivações. A primeira era o antigo desentendimento com Cardoso, que ele expusera em vários trabalhos, e que eu respondera parcialmente no posfácio à *Dialética de la dependencia* e no prefácio de 1974 a *Subdesarrollo y revolución*. A segunda era a clara preocupação dos autores com a anistia política que se aproximava e que poderia me abrir espaço no Brasil. É, sem dúvida, a coisa mais grosseira que já se escreveu contra mim, o que me forçou – deixando de lado certa indiferença que sempre senti pela sorte dos meus escritos – a fazer uma réplica em forma de artigo. (MARINI, 2005: 118-119).

Com essa polêmica, podemos ver como as disputas teóricas se davam em uma situação desigual para os interlocutores em questão. Fernando Henrique, apesar de estar na oposição à ditadura, pôs-se em uma posição de diálogo com os setores liberais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), porém Marini estava ainda banido do Brasil. As críticas da dupla Fernando Henrique e Serra foram publicadas no Brasil e no México enquanto a resposta de Marini apenas em solo

mexicano. Assim foi construída a figura de intelectuais relevantes na realidade brasileira (Fernando Henrique Cardoso) e um intelectual que, mesmo depois da redemocratização, permaneceu esquecido (Marini) porque suas obras sobre a realidade brasileira e latino-americana nem publicadas no país haviam sido. Isso porque o modelo de intelectual e de professor universitário brasileiro conformado pela ditadura não contemplava quem militava politicamente de um ponto de vista marxista e socialista, como Ruy Mauro Marini. Nas palavras de Martins e Valencia,

a restrição à obra de Ruy Mauro Marini no Brasil e seu paradoxal desconhecimento por parte dos brasileiros têm três raízes. A primeira, o golpe militar de 1964, que o levou ao exílio no Chile e no México, antes que desenvolvesse grande parte de sua obra. O golpe apartou o país do enfoque latino-americanista que marcou as ciências sociais da região nos anos 1960-1970. A segunda, a ofensiva da Fundação Ford voltada para a construção de uma comunidade acadêmica liberal capaz de gerenciar o capitalismo brasileiro em marcos democráticos, uma vez terminada a ditadura. Chave para isso foi seu apoio

a um enfoque analítico que fragmentasse as ciências sociais em disciplinas relativamente autônomas e impedisse uma compreensão globalizante de nossa formação social. Centros de pesquisa e associações de pós-graduação com foco disciplinar foram priorizados nesses investimentos em vez de universidades, pois estimulavam a fragmentação em face de um enfoque mais universalizante das ciências sociais. O Cebrap, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, cumpriu aí um papel importante, recebendo parte significativa dos investimentos e publicando a crítica de Cardoso e Serra à *Dialética da dependência* sem a resposta de Marini. A terceira se refere à ofensiva neoliberal empreendida na região ao longo dos anos 1990, estimulada pelo consenso de Washington e pela crise das universidades públicas, o que sujeitou a intelectualidade a pressões externas. (MARTINS; VALENCIA, 2009: 13).

### **Considerações finais**

Neste breve estudo, mostramos como as disputas intelectuais no Brasil dos anos 1960 e 1970 foram marcadas pela realidade da ditadura civil-militar, em que, apesar de os intelectuais terem tido um papel importante de oposição, nem todos podiam realizar suas atividades no país em virtude da dura realidade do exílio. Percorrendo um pouco da trajetória de Ruy Mauro Marini em

paralelo com a de Fernando Henrique Cardoso, percebemos que as condições de trabalho e a possibilidade de intervenção nas disputas intelectuais e políticas eram muito distintas, apesar de, do ponto de vista intelectual estrito, os dois terem sido interlocutores teóricos do mesmo patamar.

Dessa forma, percebemos que a ditadura e a transição democrática no Brasil conformaram um novo tipo de campo intelectual normalmente em estreita relação com as novas condições das universidades e das pesquisas realizadas em seu interior. Nesse novo perfil de intelectual, as convicções de vincular de modo mais direto o marxismo em sua plenitude teórica e prática foram perdendo paulatinamente espaço para chegarmos mesmo ao campo das ciências sociais em um cenário em que “engajamento” é realizar a formulação de políticas públicas de Estado. Certamente o estudo da história intelectual brasileira dos anos de

chumbo pode nos ajudar, no presente, a retomar, com o exemplo da obra de Ruy Mauro Marini e de outros tantos, o retorno de um

pensamento social crítico e voltado para a interpretação da realidade do Brasil e da América Latina.

## Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo Veintiuno, 2011 [1971].

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Oliveira Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, n. 23, 1978.

COSTILLA, Lucio Fernando Oliver. A intelectualidade crítica brasileira no México e o pensamento político de Ruy Mauro Marini. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.

CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GANDÁSEGUI FILHO, Marco A. Vigência e debate em torno da teoria da dependência. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan.-abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 5. ed. México: Siglo Veintiuno, 1974 [1969].

\_\_\_\_\_. Memória. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2007.

MARTINS, Carlos Eduardo. Apresentação. In: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2007.

\_\_\_\_\_; VALENCIA, Adrián Sotelo. Apresentação. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.

O'DONNELL, Guillermo. *BA: reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1987.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Theotonio dos. Marini militante e analista da realidade. In: \_\_; SADER, Emir (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Org.). *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009.

WASSERMAN, Claudia. Ruy Mauro Marini: o exílio político e o surgimento de um latino-americanista. In: \_\_; DEVÉS VALDÉS, Eduardo (Org.). *Pensamento latino-americano: além das fronteiras nacionais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.